

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS TABULEIROS COSTEIROS E BAIXADA LITORÂNEA DE SERGIPE - 1970/1985 (Evolução e Fatores Condicionantes)

Dalva Maria da Mota, Edson Diogo Tavares, Luis Carlos Nogueira e Marcelo Ferreira Fernandes

Embrapa Tabuleiros Costeiros, Av. Beira-Mar, 3250, Caixa Postal 44, 49001-970, Aracaju, Sergipe, Brasil.

Esse trabalho tem como objetivo avaliar a evolução da estrutura fundiária dos municípios dos Tabuleiros Costeiros do Estado de Sergipe, fazendo-se uma relação desta evolução com as políticas agrícolas realizadas. O índice de Gini foi utilizado para avaliar a concentração fundiária. Os municípios foram agrupados e classificados de acordo com a evolução da estrutura fundiária no período. O grau de concentração de terras em 21 municípios estudados foi classificado como muito forte, na maioria dos casos, em todos os quatro censos analisados. O município de Laranjeiras apresentou a maior concentração de terras, sendo classificado como de concentração muito forte, tendendo a absoluta. Esse fato pode ser atribuído às grandes propriedades produtoras de cana-de-açúcar existentes neste município. Observou-se que os processos de desconcentração de terra verificados em alguns dos municípios estudados estão fortemente relacionados a políticas governamentais para instalação de projetos de irrigação. Os resultados mostram que, apesar dos investimentos públicos para modernização da economia agrícola sergipana, a estrutura da terra permanece intocável, preservando os interesses dos grandes proprietários.

Palavras-chave: Estrutura fundiária, Tabuleiros Costeiros, Baixada Litorânea, Sergipe.

Agrarian structure of Coastal Tablelands and Littoral Lowlands of Sergipe State - 1970/1985 (Evolution and conditioning factors). The objective of this paper was to evaluate the agrarian structure evolution of towns located in the coastal tablelands and in the littoral lowlands of Sergipe State, from 1970 to 1985, and to relate this evolution with the adopted agricultural policies. Gini index was used to evaluate the land concentration in each town. Towns were grouped and classified according the agrarian structure evolution in this period. The land concentration in 21 towns was classified, in the majority of cases, as very high in all the studied census. Laranjeiras town showed the highest land concentration, presenting a tendency to the absolute concentration. This observation may be attributed to the large land properties of the sugar-cane growers. It was observed that the processes of land distribution, notably in some towns, are strongly related to governmental policies to irrigation projects. These results pointed out that in spite of the public investment to the agricultural modernization the land owner structure remains unchanged, preserving the large land owners interests.

Key words: Agrarian structure, Coastal Tablelands, Littoral Lowlands, Sergipe State.

Introdução

Os Tabuleiros Costeiros e a Baixada Litorânea são unidades de paisagem caracterizadas por uma faixa de terra que acompanha todo o litoral nordestino e que se estende por até 50km para o interior, a partir do mar, tendo como limite ocidental os morros do cristalino. No Estado de Sergipe, estas unidades somam 8.416km², correspondentes a aproximadamente 38,7% do total da área do Estado, sendo 5.879km² pertencentes aos Tabuleiros Costeiros e 2.537km² à Baixada Litorânea (Figura 1). Estas unidades alcançam 56 municípios sergipanos, sendo que destes, apenas 24 têm suas áreas totalmente incluídas nestas unidades (Silva et al., 1993).

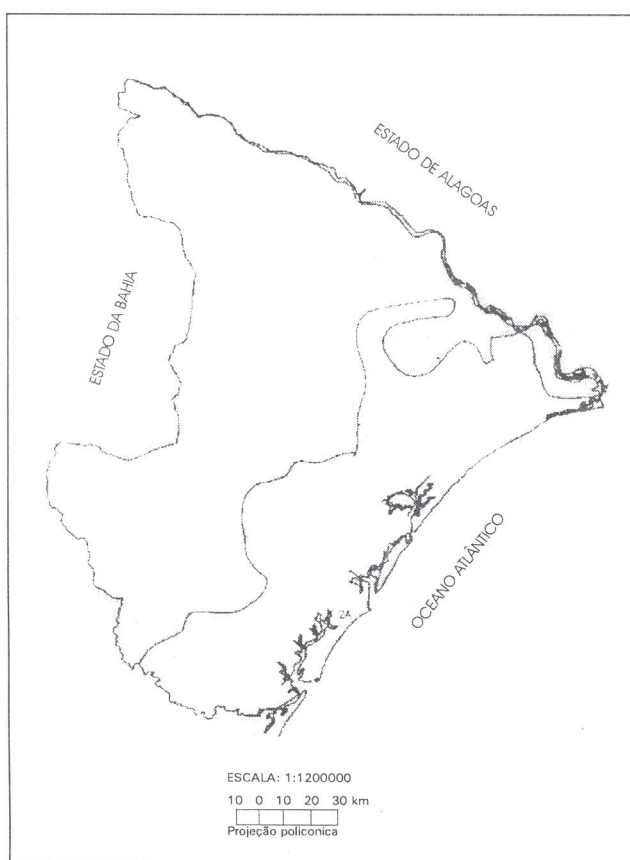


Figura 1. Mapa do Estado de Sergipe destacando a área ocupada pelos tabuleiros costeiros e baixada litorânea.

A região correspondente a essas unidades de paisagem foi no passado ocupada pela pecuária e por culturas de subsistência, destacando-se, na atualidade, também como local de exploração da cana-de-açúcar, da laranja e do coco, principalmente nos últimos trinta anos com o advento da “modernização conservadora”. A modernização implementada na região, no entanto, não alterou a estrutura

de propriedade e uso da terra que, segundo Diniz (1981), desde o período colonial até os dias atuais, é marcada pela grande propriedade, primeiro escravista e depois ligada ao trabalho indireto e ao assalariamento.

Em termos econômicos, a modernização atingiu os seus objetivos evidenciados através do crescimento da produção e da produtividade das lavouras e da criação de animais, do fornecimento de divisas ao país, do abastecimento dos centros urbanos com um imenso contingente de mão-de-obra, e da oferta de alimentos para regulação do nível salarial (Leite, 1995). Em termos sociais, no entanto, ocasionou uma reestruturação das relações vigentes com a manutenção das grandes propriedades e o surgimento de uma grande massa de trabalhadores que se assalariam temporariamente e que buscam diferentes relações de trabalho para terem acesso à terra, como é o caso da parceria e do arrendamento nas grandes propriedades e, de uma forma mais recente, em áreas de assentamento dos projetos de irrigação estadual e federal.

Como se constata, as consequências da modernização se refletem no contexto agrícola dos anos 90, quando a agricultura continua o seu processo de crescimento econômico, alcançando taxa anual de 3,2%, segundo Buainain e Rezende (1995) sem, no entanto, significar transformações via redistribuição de renda no campo, que permanece com o problema de ausência de política agrícola e de concentração fundiária. Neste sentido, Silva (1981) afirma que os resultados da modernização, sob o ponto de vista social, significaram ainda mais a concentração de renda e o aumento da proporção de pobres no campo.

Os dados sobre a concentração fundiária no país refletem as consequências da modernização. Lopes (1995), citando Hoffmann (1980) e Lorena (1989), demonstra que no período 1975/85 o índice de Gini para o Brasil flutuava ao redor de 0,85; na região Nordeste, 0,87 e em Sergipe, 0,86.

Os Tabuleiros Costeiros e a Baixada Litorânea incluem-se nestas áreas que sofreram transformações recentes, representando inclusive a incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Apesar disto, essa não é uma área tradicionalmente enfocada nos estudos socioeconômicos que versam sobre o Nordeste gerando uma lacuna quanto às evidências empíricas da modernização.

Assim, o objetivo deste trabalho é traçar o perfil da estrutura fundiária dos municípios sergipanos que têm suas áreas totalmente incluídas na região dos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea, identificando as tendências de concentração fundiária, permanência da estrutura e desconcentração, bem como os elementos condicionantes no período 1970/85.

A hipótese levantada é que a recente intensificação da exploração da área em estudo foi apoiada fortemente

por incentivos fiscais do governo federal para a lavoura canavieira, e, em menor grau, por políticas de irrigação e assentamento rurais, beneficiando unidades familiares de produção e trabalhadores sem-terra sem, no entanto, alterar substancialmente a estrutura de uso da terra.

O trabalho faz parte de um projeto de pesquisa desenvolvido na Embrapa Tabuleiros Costeiros e que visa caracterizar e zonear os recursos naturais e socioeconômicos da região dos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea.

Material e Metodos

Os dados de pesquisa referem-se às unidades de paisagem Baixada Litorânea e Tabuleiros Costeiros do Estado de Sergipe, categorias delimitadas no Zoneamento Agroecológico do Nordeste (Silva et al., 1993).

Foram analisadas as informações relativas aos municípios que têm suas áreas totalmente incluídas nas unidades de paisagens citadas anteriormente, distribuídos da seguinte forma: municípios com a área totalmente incluída na Baixada Litorânea (Brejo Grande, Ilha das Flores e Barra dos Coqueiros); municípios com a área totalmente incluída nos Tabuleiros Costeiros (Carmópolis, General Maynard, Rosário do Catete, Siriri, Umbaúba, Cristinápolis e Riachuelo); e municípios com a sua área compreendida nas unidades Baixada Litorânea e Tabuleiros Costeiros (Laranjeiras, Areia Branca, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Japarutuba, Divina Pastora, Maruim, Santo Amaro das Brotas, Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga d'Ajuda, Santa Luzia do Itanhê e Indiaroba).

O material utilizado para o levantamento de informações constou de dados de fonte secundária em nível municipal. As categorias básicas de análise foram o número total de propriedades por município e suas áreas, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985, de acordo com os Censos demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE.

Para mostrar a evolução da estrutura fundiária destes municípios, no período estudado, foi utilizado o índice de Gini (Silva, 1978; Lopes, 1995). De acordo com Silva (1981), esse índice é uma medida do grau de concentração de uma distribuição qualquer, no caso, a da propriedade da terra, e varia de zero (igualdade absoluta ou concentração nula) até um (concentração absoluta ou igualdade nula). Assim, quanto mais alto o valor que assume o índice de Gini, maior o grau de concentração de uma distribuição qualquer. A escala utilizada neste trabalho foi proposta por Câmara (1949), que tem a seguinte distribuição:

- até 0,100 como representando concentração nula;
- de 0,101 a 0,250 concentração fraca;

- de 0,251 a 0,500 concentração média;
- de 0,501 a 0,700 concentração forte;
- de 0,701 a 0,900 concentração muito forte tendendo a absoluta.

No entanto, é importante destacar que apesar de ser um importante suporte metodológico, o índice de Gini não incorpora nos seus cálculos a propriedade de um ou mais estabelecimentos por um mesmo sujeito nem a existência de agricultores sem-terra.

Para demonstração do perfil da estrutura fundiária atual foram utilizados os dados mais recentes da FIBGE, ou seja, 1985, último ano de realização do censo, analisados por município e destacados quando relevantes. Os estratos definidos para este fim foram estabelecimentos com menos de 5ha, de 5 a menos de 10, de 10 a menos de 20, de 20 a menos de 50, de 50 a menos de 100, de 100 a menos de 500 e de 500 a mais. A maior predominância de estratos inferiores a 50ha é decorrente da importância numérica destes segmentos na região em análise.

Além dos tratamentos numéricos, realizou-se a classificação dos municípios em sete grupos segundo o grau de semelhança e diferenças na evolução fundiária à luz das políticas públicas implementadas na área de estudo.

Os estudos de caráter analítico também foram utilizados para compreensão da trajetória da estrutura fundiária, dentre eles os desenvolvidos por Haynes (1970), Diniz (1981), Andrade (1986), Heredia (1988), Wanderley (1988) e Mota (1990).

Resultados e Discussões

Os municípios sergipanos totalmente incluídos nas unidades de paisagem Baixada Litorânea e Tabuleiros Costeiros possuíam, em 1985, 21.289 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 360.048ha, distribuídos de acordo com a Tabela 1.

O índice de Gini, calculado a partir dos dados da Tabela 1, foi de 0,8315273, indicando um grau de concentração fundiária muito forte, ainda que tenha sido observada uma pequena redução da concentração com relação aos índices dos períodos anteriores, 1970 (0,84924977); 1975 (0,84811591); e 1980 (0,84618373). Entretanto, é importante ressaltar que esta redução não resultou em mudança nos níveis de concentração de terra na escala utilizada neste trabalho. As regiões de Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea apresentam uma concentração de terras maior do que a média de Sergipe, cujo índice de Gini foi de 0,822792, no mesmo período. Os valores do índice de Gini para os diferentes municípios em análise permitiram classificá-los em sete grupos, de acordo com a evolução fundiária no período compreendido entre 1970 e 1985 (Tabela 2).

Tabela 1. Número de estabelecimentos e áreas por estrato nos municípios totalmente incluídos nos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Estado de Sergipe, 1985.

Estratos	Nº Estabelecimentos	% Estabelecimentos	Área (ha)	% da Área
<5 ha	16.075	75,51	20.089	5,58
5-10 ha	2.037	9,57	14.311	3,97
10-20 ha	1.180	5,54	15.904	4,42
20-50 ha	899	4,22	27.382	7,61
50-100 ha	409	1,92	28.367	7,88
100-500 ha	524	2,49	110.541	30,70
>500 ha	120	0,57	143.360	39,82
Total	21.244	100,00	360.048	100,00

Tabela 2. Índice de Gini por municípios com áreas totalmente incluídas nos Tabuleiros Costeiros e, ou, Baixada Litorânea (1970 a 1985).

Grupos de municípios	Índice de Gini			
	1970	1975	1980	1985
Grupo 1				
Brejo Grande	0,76282864	0,76024714	0,65989279	0,62251761
Ilha das Flores	0,70808031	0,72057786	0,59257692	0,44018317
Grupo 2				
Sta. Luzia do Itanhy	0,86083009	0,86323196	0,86006862	0,85726310
Cristinápolis	0,85742093	0,83747983	0,83393568	0,82998514
N. Sra. do Socorro	0,79445161	0,79617713	0,78745368	0,74395687
Itaporanga d' Ajuda	0,87242902	0,85344335	0,85185662	0,83766140
Areia Branca	0,85989326	0,84363544	0,75991745	0,71797728
Grupo 3				
Pacatuba	0,78140709	0,83378781	0,82959173	0,74077638
Indiaroba	0,84894322	0,85835161	0,83185687	0,82145629
Umbaúba	0,77104953	0,79059097	0,78999086	0,78288614
Carmópolis	0,70390650	0,79779185	0,85433155	0,71831066
Aracaju	0,69963017	0,70412241	0,75916831	0,72971320
Barra dos Coqueiros	0,77378126	0,75302718	0,91333254	0,79800376
Grupo 4				
General Maynard	0,74271914	0,61024759	0,73988018	0,76204664
Rosário do Catete	0,86001313	0,86788748	0,76380644	0,86887714
Riachuelo	0,77889584	0,78909110	0,97429562	0,86424459
Divina Pastora	0,85255147	0,88653480	0,71836712	0,82187257
São Cristóvão	0,86792242	0,85959797	0,84105626	0,85028906
Grupo 5				
Maruim	0,83971036	0,83636634	0,83992445	0,85830041
Grupo 6				
Siriri	0,84103560	0,85490961	0,85688274	0,85868014
Grupo 7				
Laranjeira	0,86824712	0,89847573	0,88979348	0,89254077
Pirambu	0,79446922	0,78091339	0,83318322	0,83116585
Japaratuba	0,83488773	0,82662869	0,85976256	0,85032764
Sto. Amaro das Brotas	0,86406490	0,83794316	0,84807924	0,82398072

O grupo 1 inclui os municípios que apresentaram uma desconcentração marcante no período analisado, inclusive com mudança no nível da escala utilizada. Neste grupo encontram-se os municípios de Brejo Grande e Ilha das Flores, ambos localizados na região do Baixo São Francisco. O município de Ilha das Flores passou, na década de 70, por um importante processo de reestruturação fundiária sob a coordenação da CODEVASF, para a instalação de um projeto de irrigação com lotes destinados à produção de arroz por agricultores familiares. Um destes projetos, denominado Betume, incluiu o município de Ilha das Flores, dentre outros, alcançando um total de 10.160ha. Esta desapropriação foi o principal motivo da desconcentração, pois, segundo informações de técnicos da CODEVASF, devido à intervenção estatal, houve uma corrida por parte dos proprietários no sentido de vender suas propriedades, inclusive realizando o parcelamento para vendê-las. Por outro lado, houve uma tendência também de subdivisão das propriedades entre a própria família no sentido de obter maiores vantagens no processo de indenização. Tudo isto contribuiu para que este município tivesse seu grau de concentração reduzido de "muito forte" para "médio" (Tabela 2).

Mais recentemente, no entanto, a área onde foi implantado o projeto de irrigação esta passando por um leve acesso de reconcentração em virtude de alguns produtores estarem se apropriando de mais de um lote. Segundo o Relatório de Atividades da CODEVASF da 4ª SR, no início de 1996 existiam 742 lotes individuais para 667 irrigantes, dos quais 592 possuíam 1 lote, 69 possuíam dois lotes e 6 possuíam mais de 2 lotes.

Com relação a Brejo Grande esta redução na concentração significou a desapropriação de uma área para instalação de um projeto de irrigação pela CODEVASF, que após realizar uma avaliação técnica optou pela não implantação do mesmo. Ainda assim, a desconcentração temporária provocou a

passagem deste município do nível de concentração “muito forte” para “forte”, com predominância das atividades econômicas de exploração do coco e da pesca.

O grupo 2 é constituído por municípios que apresentaram uma tendência consistente de desconcentração com o passar do tempo, embora esta redução ainda não tenha sido suficiente para uma alteração na classificação da região em outro nível da escala utilizada, considerada como de concentração “muito forte”. É formado pelos municípios listados a seguir em ordem crescente, segundo a intensidade desta tendência: Santa Luzia do Itanhy, Cristinápolis, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga D’Ajuda e Areia Branca. Um dos pontos relevantes para este processo de desconcentração foram os processos de assentamento federal, particular e privado que alguns destes município sofreram, dentre os quais, Itaporanga D’Ajuda e Cristinápolis, que contaram respectivamente, com a implantação de duas e uma Colônias no início dos anos 80, perfazendo um total de 165 famílias assentadas em 2.251ha. Ambos, pertenciam a área de atuação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Áreas do Nordeste - POLONORDESTE, que além do componente de colonização desenvolvia uma ação voltada para a consolidação da atividade citrícola na região Centro-Sul do Estado. Com esta finalidade, o Estado montou um sólido aparato institucional apoiado no crédito, pesquisa, assistência técnica e instalação de indústrias processadoras para atender a demanda internacional evidenciada pelo mercado americano e europeu.

No município de Areia Branca também foi instalada uma Colônia no início dos anos 80, só que com os recursos provenientes do PROCANOR (Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste), com o assentamento de 28 famílias em 73ha. Apesar da cana-de-açúcar fazer parte das atividades econômicas do município, a agricultura diversificada é predominante, expressa pelo cultivo de frutas, hortaliças e produtos de subsistência. Constata-se, também, a existência de chácaras e sítios.

Os municípios de Nossa Senhora do Socorro e de Aracaju, apesar de estarem em grupos diferentes, apresentam uma situação especial por constituírem-se em espaços de habitação da população que tem vinculação com a capital do Estado e terem sido sujeitos a um grande processo de crescimento urbano através da expansão industrial e da construção de diversos conjuntos habitacionais nos últimos 10 anos.

O município de Santa Luzia do Itanhy também foi alvo da ação do POLONORDESTE, mas com menor intensidade do que aqueles municípios tipicamente citricultores, mesmo assim, passou por transformações importantes nas últimas décadas, inclusive com a ampliação desta atividade.

Acredita-se que a tendência à desconcentração observada nesse grupo de municípios é decorrente da intervenção das políticas públicas de redistribuição de terra via projetos especiais, que teve um espaço de atuação bem delimitado, nos moldes da modernização “conservadora”, privilegiando, no caso de Sergipe, a região Centro-Sul, onde encontra-se a manifestação mais característica da modernização camponesa naquele contexto.

Os municípios que passaram por um processo de concentração com tendência a reversão deste processo, constituem o grupo 3, formado por Pacatuba, Indiaroba, Umbaúba, Carmópolis, Aracaju e Barra dos Coqueiros. Os três primeiros municípios sofreram intervenção semelhante a dos municípios do grupo anterior, sendo que no primeiro ocorreu a desapropriação da área após um exaustivo conflito entre camponeses e proprietários, culminando com a desapropriação de 1.772ha para assentamento de 181 famílias. Neste município também foi implantado parte do projeto Betume já descrito no primeiro grupo. O segundo e terceiro municípios também tiveram implantação de colônia, financiadas pelo POLONORDESTE para 124 famílias em 1.426ha (Silva, 1996).

Carmópolis, apesar dos dados demonstrarem que tende a reversão do processo de concentração, é uma área basicamente de produção de cana-de-açúcar, que provavelmente, foi mais afetada apenas no final da década de 80, quando as usinas locais passaram a enfrentar grandes dificuldades financeiras, chegando inclusive, em alguns casos, a falir.

Os municípios de General Maynard, Rosário do Catete, Riachuelo, Divina Pastora e São Cristóvão passaram por um processo de desconcentração de terra, seguido por uma reversão desta tendência (grupo 4). Embora nos Censos de 1975 e 80, o índice de Gini destes municípios tenha sido inferior aos 70 e 85, a classificação da estrutura fundiária deste grupo permaneceu no nível “muito forte” no período analisado. Os projetos de assentamento são os grandes responsáveis pela tendência de desconcentração. Neste sentido, foram alvo desta ação os municípios de General Maynard, com o assentamento de 27 famílias em 337ha; Divina Pastora com 17 famílias assentadas em 353ha e Rosário do Catete com 18 em 45ha.

O município de Maruim (grupo 5) apresentou um comportamento relativamente estável nos anos de 1970, 1975 e 1980, com índices de Gini de 0,83971036, 0,83636634 e 0,83992445, respectivamente. Apenas no último censo (1985) observou-se uma concentração de terras considerável, com o índice de Gini alcançando o valor de 0,85830041. O grau de concentração deste município em todos os períodos é classificado como “muito forte”.

A característica dos municípios destes dois últimos grupos, com exceção de Barra dos Coqueiros e São

Cristóvão, é a predominância da exploração da cana-de-açúcar intensificada a partir da década de 70, quando o governo criou o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, motivado pelos altos preços do petróleo e por uma política de substituição de importações. O programa incentivava o aumento da produção do álcool através de estímulos e facilidades concedidas aos empresários da agroindústria canavieira, tais como: estabelecimento de paridade de preços com o açúcar, garantia de mercado, isenção de imposto único sobre lubrificantes, condições, vantagens de financiamento para modernização, ampliação ou instalação de destilarias, dentre outros.

Segundo Lopes (1995), na década de 80 a área colhida com cana-de-açúcar cresceu substancialmente no Estado, avançando, inclusive, sobre áreas não cultivadas tradicionalmente, como é o caso da região dos Tabuleiros Norte. Nos últimos anos, entretanto, a tendência é de um declínio acentuado de áreas cultivadas que pode ser constatado pelo fechamento de muitas usinas do Estado.

O único município a apresentar uma tendência consistente de concentração de terras, com o passar dos anos, foi Siriri (grupo 6), tendo o índice de Gini aumentado progressivamente de 0,84103560 a 0,85868014, entre os anos de 1970 e 1985, o que o coloca no nível de concentração "muito forte". A atividade básica deste município é a pecuária, estimulada na década de 70, pelo PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste) que incluía inicialmente proposta de reforma agrária mas, capturado pela oligarquia rural, passou a atender aos seus interesses. Consolidando-se como um programa de modernização e capitalização das grandes propriedades em detrimento da distribuição de terra aos camponeses, originalmente público meta do programa. A ação deste programa evidenciou-se através de crédito para aumento do rebanho bovino da área e melhoria do seu nível tecnológico (Mota, 1990).

Em alguns municípios observaram-se tendências de concentração intermediadas por tendências de desconcentração, sendo denominados, por isso, de instáveis. Estes municípios são os seguintes: Laranjeiras, Pirambu, Japarutuba e Santo Amaro das Brotas (grupo 7). Apesar do primeiro apresentar os maiores índices de concentração de terra da região estudada, todos alcançaram nos quatro censos analisados um grau desconcentração "muito forte tendendo a absoluta". As atividades econômicas destes municípios são predominantemente cana-de-açúcar, em Laranjeiras, cana-de-açúcar e coco, em Japarutuba, e coco e pesca, em Pirambu e Santo Amaro.

Foram assentados 80 produtores em uma área de 545 ha no município de Pirambu, 25 agricultores em 456 ha em Japarutuba e 167 produtores em 2.128 ha, em Santo Amaro.

Conclusões

Os Tabuleiros Costeiros e a Baixada Litorânea apresentam índice de concentração maior do que o Estado de Sergipe, já que as propriedades destas regiões são mais valorizadas comercialmente em decorrência de características favoráveis como disponibilidade de recursos naturais, proximidade de centros urbanos importantes, maior dinâmica produtiva; etc.

Os investimentos públicos para modernização da agricultura sergipana privilegiaram áreas e grupos de produtores sem, no entanto, afetar a estrutura fundiária, preservando, assim, os interesses dos grandes proprietários, que permaneceram se beneficiando dos incentivos públicos;

As pequenas transformações observadas na estrutura fundiária deram-se apenas nas áreas de projetos de colonização e assentamento difusos no campo sergipano, mas sem chegarem a compor uma política que alterasse a estrutura de posse vigente.

Não se observou nenhum tipo de movimento de terra, nos menores estratos, que tenha sido decorrente da capitalização do produtor. Nas áreas onde houve investimentos para modernização de setores da agricultura, no caso da citricultura, houve uma maior preservação da estrutura fundiária original.

Literatura Citada

- ANDRADE, M.C. de. 1986. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5.ed. São Paulo, Atlas. 239p.
- BUAINAIN, A.M., REZENDE, G. de C. 1995. Ajuste, inflação e agricultura no Brasil: a experiência dos anos oitenta. In: Ramos, P. Agropecuária e agroindústria no Brasil. Campinas, ABRA. pp. 23-41.
- CÂMARA, L. 1949. Concentração da propriedade agrícola no Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro 7(77): 516-528.
- DINIZ, J. A. F. 1981. Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional. Recife, SUDENE, Estudos Regionais. 5. 262p.
- DINIZ, J.A.F. 1996. A condição camponesa em Sergipe, desigualdades e persistência da agricultura familiar. Aracaju, NPGeo-UFS. 222p.
- HAYNES, J.L. 1970. Uso agrícola dos tabuleiros costeiros do Nordeste do Brasil: um exame das pesquisas. 2 ed. Recife, SUDENE/AID. 139p.
- HEREDIA, B.M.A. de. 1998. Formas de dominação social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo, Marco Zero. 225p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1975. Censo Agropecuário de Sergipe 1970. Rio de Janeiro. 321p.
- _____. 1979. Censo Agropecuário de Sergipe 1975. Rio de Janeiro. 377p.
- _____. 1983. Censo Agropecuário de Sergipe 1980. Rio de Janeiro. 379p.
- _____. 1991. Censo Agropecuário de Sergipe 1985. Rio de Janeiro.
- LEITE, S. 1995. Reforma agrária no Brasil: ontem e hoje. Universidade e Sociedade 5(9): 17-19.
- LOPES, E. S. 1995. Estrutura agrária e produção de alimentos em Sergipe. Caderno de Extensão UFS, n.1: 9.
- MOTA, D. M. da. 1990. Os camponeses e a busca da autonomia possível: estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação em Sergipe. Tese de Mestrado. Campina Grande, UFPB. 183p.
- SILVA, J.G. da. 1978. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC. 267p.
- SILVA, J.G. da. 1981. A modernização dolorosa - Estrutura fundiária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. São Paulo, Zahar. 192p.
- SIIVA, F.B.R. et. al. 1993. Zoneamento agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico. Petrolina, EMBRAPA-CPATSA/Recife: EMBRAPA-CNPS. Coordenadoria Regional do Nordeste. 155p.
- SILVA, R.M. da. 1996. Assentamento de pequenos produtores rurais em Sergipe - 1945-1992. Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação. 66p.
- WANDERLEY, L. de L. 1988. Mudança na utilização de terra e modernização da citricultura sergipana 1970/1985. Tese de Mestrado. Aracaju, UFS. 194p.